

**Ofício nº \_\_\_\_/2019.**

Santa Cruz (PE), 08 de fevereiro de 2019.

Senhor Prefeito,

Vimos, por meio do presente, requisitar autorização para cessão do Pregoeiro e da Equipe de Apoio do Município de Santa Cruz (PE), a fim de que estes possam realizar um procedimento licitatório do FMS - Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz, cuja relação de itens a serem executados segue anexa, sob a modalidade Pregão (Presencial), vez que este órgão não dispõe ainda de comissão própria e nem de pessoal capacitado para tanto.

O procedimento licitatório acima destacado possui o seguinte objeto:

1. contratação de empresa especializada no ramo pertinente, para execução de exames laboratoriais clínicos preventivos do colo de útero, destinados ao Município de Santa Cruz, durante 12(doze) meses

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovarmos nossos votos de elevada estima e consideração.

**Ryvalda Rodrigues Macêdo**  
Gestora do FMS - Fundo Municipal de Saúde

À  
Prefeitura Municipal de Santa Cruz (PE)  
Att.: Exma. Sra. Eliane Maria da Silva Soares  
Santa Cruz (PE)

**Ofício GP nº \_\_\_\_/2019.**

Santa Cruz (PE), 08 de fevereiro de 2019.

Prezada Senhora,

Servimo-nos do presente para lhe informar que autorizamos a cessão do Pregoeiro e da Equipe de Apoio deste Município de Santa Cruz (PE) para poder realizar o procedimento licitatório destacado do FMS - Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz, sob a modalidade Pregão (Presencial), que possui o seguinte objeto:

1. contratação de empresa especializada no ramo pertinente, para execução de exames laboratoriais clínicos preventivos do colo de útero, destinados ao Município de Santa Cruz, com entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses.

Atenciosamente.

**Eliane Maria da Silva Soares**  
Prefeita do Município de Santa Cruz

Ao

FMS - Fundo Municipal de Saúde

Att.: Ilma. Sra. **Sra. Ryvalda Rodrigues Macêdo**

Gestora do Fundo

Santa Cruz (PE)

## **Comunicação Interna.**

Santa Cruz (PE), 08 de fevereiro de 2019.

DA: GESTORA DO FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARA: PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

Autorizo o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio a proceder com a licitação sob a modalidade Pregão (Presencial), com vistas à contratação de empresa especializada no ramo pertinente, para execução de exames laboratoriais clínicos preventivos do colo de útero, destinados ao Município de Santa Cruz, com entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, de conformidade com demais características anexas.

Atenciosamente.

**Ryvalda Rodrigues Macêdo**  
Gestora do FMS - Fundo Municipal de Saúde

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ**  
**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ (PE)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**

AOS 08(OITO) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO DE 2019 (DOIS MIL E DEZENOVE), FAÇO A AUTUAÇÃO E REGISTRO NO LIVRO APROPRIADO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, QUE VAI REGISTRADO COM O Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS, PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS, TENDO COMO FINALIDADE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO PERTINENTE, PARA EXECUÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS CLÍNICOS PREVENTIVOS DO COLO DE ULTERO, DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, COM ENTREGA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

O PRESENTE TERMO DE AUTUAÇÃO FOI LAVRADO POR MIM, **JUAREZ GUIMARÃES DA SILVA**, PREGOEIRA DO MUNICÍPIO, QUE O DIGITEI, BEM COMO LANÇO MINHA ASSINATURA AO FINAL, JUNTAMENTE COM OS OUTROS MEMBROS COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO.

RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / PROJETO ATIVIDADE: 010.302.0002.2061  
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS;

---

**Pregoeiro**

---

**Membro da Equipe de Apoio**

---

**Membro da Equipe de Apoio**

---

**Membro da Equipe de Apoio**

Santa Cruz (PE), 08 de fevereiro de 2019.

DE: ASSESSORIA JURÍDICA  
PARA: PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO

Senhor Pregoeiro,

Esta Assessoria Jurídica examinou os termos das minutas do edital e da Ata Registro de Preços do Pregão (Presencial) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS, excluindo os Termos de Referência e cotação de preços concernente à contratação de empresa especializada no ramo pertinente, para execução de exames laboratoriais clínicos preventivos do colo de útero, destinados ao Município de Santa Cruz, com entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, e nosso parecer é no sentido de que as mesmas preenchem os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, regente a nível nacional das licitações e contratos no âmbito da administração pública, bem como pela Lei nº 10.520/02, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Entretanto fica a ressalva de que esta Assessoria Jurídica não fez qualquer exame quanto aos preços de referência cotados e que serviram de base para o orçamento limite máximo da prefeitura, pois que não lhe compete adentrar neste mérito, razão pela qual não emite qualquer opinião quanto aos referidos preços, cujas responsabilidades são das Secretarias solicitantes das licitações e de quem aferiu os mesmos no mercado.

**Paulo Santana Advogados Associados**  
Assessoria Jurídica

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ (PE)**  
**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº011/2019-PMSC, Nº004/2019 - FMS**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**Modalidade: PREGÃO (PRESENCIAL) Nº006/2019-PMSC, Nº004/2019 - FMS**

**Tipo: MEENOR PREÇO, julgamento por item**

**Objeto:** contratação de empresa especializada no ramo pertinente, para execução de exames laboratoriais clínicos preventivos do colo de útero, destinados ao Município de Santa Cruz, com entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, com pagamento com base no valor de cada exame efetivamente executado, de conformidade com as demais especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

**RECIBO DE EDITAL**

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_. E-mail: \_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Nome legível e Assinatura**  
**Represente legal da Empresa**

**ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ, PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS.**

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz não se responsabiliza por comunicações à empresa que não encaminhar este recibo ou prestar informações incorretas no mesmo.

Data da Entrega dos Envelopes: **22 de Fevereiro de 2019.**

Horário: **09:00 horas**

Local da Entrega dos Envelopes: Avenida 03 de maio nº276, bairro centro santa Cruz/PE.

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ (PE)**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ (PE)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019 -FMS**

**PREÂMBULO**

O Município de Santa Cruz, Estado de Pernambuco, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz, por intermédio do seu Pregoeiro, designado pela a portaria nº 002/2019, declaram que se acha aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019 - FMS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com juízo de valor com base no valor apresentado por exame, objetivando à contratação de empresa especializada no ramo pertinente, para execução de exames laboratoriais clínicos preventivos do colo de útero, destinados ao Município de Santa Cruz, com entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, na forma abaixo.

Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

**I - Termo de Referência;**

**II - Declaração de cumprimento das condições de habilitação;**

**III - Declaração de cumprimento das condições de habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;**

**IV - Minuta de Contrato.**

**V Modelo de proposta de Preços;**

A licitação será regida pela lei federal nº 10.520/2002, pela lei complementar nº 123/2006, e, subsidiariamente, pela lei federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

A sessão pública de processamento do Pregão acontecerá no dia **22 de fevereiro de 2019**, às **09:00 (nove) horas**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz, sito na Av. 03 de maio Nº276, centro, Santa Cruz (PE), e será conduzida pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio, conforme Portaria acima citada.

**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente Pregão consiste na contratação de empresa especializada no ramo pertinente, para execução de exames laboratoriais clínicos preventivos do colo de útero, destinados ao Município de Santa Cruz, com entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, com pagamento com base no valor de cada exame efetivamente executado, de conformidade com as demais especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

**2. DO PRAZO**

2.1 O prazo de vigência de cada contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

### **3. DOS ENVELOPES**

3.1 Os envelopes contendo a **PROPOSTA** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** serão recebidos no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, em sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

3.2 As propostas de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em dois envelopes fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ (PE)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**

Exames preventivos do colo de útero  
[Nome do licitante]  
[Endereço, telefone/fax do licitante]

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ (PE)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**

Exames preventivos do colo de útero.  
[Nome do licitante]  
[Endereço, telefone/fax do licitante]

### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 - Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes do presente certame serão provenientes do próprio município, conforme a seguinte  **Dotação Orçamentária**:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / PROJETO ATIVIDADE: 010.302.0002.2061  
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOAS JURIDICAS.

### **5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**5.1 - Esta Licitação está reservada exclusivamente à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, conforme determina o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014. Com isso, poderão participar deste Pregão somente os Licitantes constituídos sob a forma de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.**

5.2 Não poderão concorrer neste Pregão quaisquer licitantes que:

- a) se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
- b) estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Prefeitura do Município, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) **Tratando-se de representante legal do licitante** - estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) **Tratando-se de procurador do licitante** - instrumento de procuração, público ou particular com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para "*firmar declaração de pleno atendimento aos requisitos da habilitação, formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame*". Referido instrumento de procuração deverá vir acompanhado de qualquer documento, dentre os indicados na letra "a" acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

6.2 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, devendo o mesmo identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

6.3 Os licitantes interessados em participar do certame que não apresentar nenhum dos documentos referidos no subitem 6.1 não poderão ofertar lances, manifestar intenção de interposição de recurso ou praticar demais atos pertinentes ao certame. Será considerada como única oferta a constante na Proposta de Preços (envelope 01).

6.4 Todos os documentos referentes ao Credenciamento deverão ser apresentados fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação.

## 7. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Em se tratando o licitante de microempresa ou empresa de pequeno porte, o mesmo deverá apresentar, no momento do credenciamento, para que possa gozar do tratamento diferenciado previsto na lei complementar nº 123/2006, a seguinte documentação:

I – empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela lei nº 9.317/96:

- a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal, ***<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>***;
- b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da lei complementar nº 123/06.

- II – empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela lei nº 9317/96:
- a) balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da LC 123/06;
  - b) cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
  - c) comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
  - d) cópia do contrato social e suas alterações; e
  - e) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da LC 123/06.

7.2 Toda a documentação relacionada no subitem 7.1, para efeito de comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, poderá ser substituída por certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no Diário Oficial do dia 22/05/2007.

7.3 Todos os documentos referentes à comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de obtenção do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, deverão ser apresentados fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

8.1 O licitante deverá apresentar declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, podendo utilizar como modelo o estabelecido no Anexo II deste Edital (declaração de cumprimento das condições de habilitação) ou, para o caso do licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte, o estabelecido no Anexo III deste Edital.

8.2 Referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação. O licitante credenciado de acordo com o item 06 poderá elaborar a referida declaração no início da sessão.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

9.1 A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, apresentada em uma via, com folhas numeradas e rubricadas, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada pelo licitante.

9.2 A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) razão social, CNPJ, endereço e número de telefone/fax;
- b) número do Processo Licitatório e do Pregão;
- c) descrição do objeto da presente licitação. A descrição das características do objeto deverá atender ao disposto no Anexo I (Especificações Técnicas), aos quais ficará vinculado;
- d) preço de exame por item, em real, expresso(s) em algarismo e por extenso;
- e) preço total de exame por item, em real, expresso em algarismo e por extenso, entendido como sendo o produto do preço unitário pela quantidade solicitada (preço de uma exame multiplicado pela quantidade total de exames do respectivo item = preço total do item);
- f) Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega dos envelopes.

9.3 Prevalecerá, em casos de divergência entre o preço total do item e o preço unitário (exame), o valor ofertado como preço unitário (exame), bem como em divergências entre o valor em algarismo e o valor por extenso, o valor por extenso.

9.4 Devem estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a execução do objeto. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.

## **10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1 Os documentos exigidos nos subitens a seguir poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas pela Comissão de Licitação, a partir do original, até às 12 horas do dia útil anterior à data marcada para sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas e a documentação. As cópias reprográficas ficarão retidas no processo.

10.2 Os documentos emitidos via internet por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações.

10.3 Para habilitação, serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), com situação ativa;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão de quitação de Tributos Federais, administradas pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

f) Certidão Negativa expedida pela Prefeitura do Município – para empresas sediadas nesta cidade – ou pela Prefeitura relativa à sede ou domicílio da empresa;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS (Certidão Negativa de Débito - CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

h) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

- i) Certidão negativa de falência ou concordata expedida dentro de um prazo máximo de 30 (TRINTA) dias anteriores à sessão de entrega e abertura dos envelopes de habilitação, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento;
- j) Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal);
- k) Comprovação de que a pessoa que assinou a declaração exigida na alínea "j" deste item 10.3 tem poderes para tal;
- l) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- m) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As Sociedades criadas no exercício em curso deverão apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- n) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- o) Alvará de funcionamento do estabelecimento válido.
- p) Declaração dos proprietários, administradores e dirigentes da entidade de que não ocupam cargo de chefia ou função de confiança na Administração Municipal;
- q) Alvará de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal se houver;

10.4 Todos os documentos exigidos no item 10.3 deverão constar no envelope de habilitação.

10.5 Os documentos referenciados no subitem 10.3, alínea "h", não precisarão constar no envelope "Habilitação" se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão, desde que estejam em atendimento ao item 10.1 deste edital.

10.6 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da

documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 10.7, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **11. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

11.1 No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

11.2 Finalizado o credenciamento, não será mais admitido nenhum licitante ao certame.

11.3 Após o credenciamento, os licitantes entregarão à Pregoeira a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e, em envelopes separados, a Proposta de Preços (ENVELOPE Nº 01) e os Documentos de Habilitação (ENVELOPE Nº 02).

11.4 A Pregoeira examinará, com auxílio da Equipe de Apoio, a aceitabilidade do menor preço e a compatibilidade do objeto proposto com o especificado no Edital, decidindo motivadamente a respeito. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
- c) Que apresentem preço excessivo ou manifestamente inexequível.

11.5 Durante os trabalhos de julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato.

11.6 Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por exame para cada um dos itens. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) Seleção das propostas com menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquele;
- b) Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;
- c) No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio para definição da sequência de lances, com a participação de todas as licitantes.

11.7 A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.

11.8 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observados os critérios de redução mínima a serem estipulados durante o transcorrer da fase de lances pela Pregoeira.

11.9 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances. O Pregoeiro fará, então, a classificação das propostas dos licitantes que efetuarem lances ou não, na ordem crescente dos valores.

11.10 Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro verificará a existência de direito de preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma dos artigos 44 e 45 da lei complementar nº 123/2006, adotando-se os procedimentos a seguir delineados.

11.10.1 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

11.10.2 Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

11.10.3 Verificado o empate na forma do subitem 11.10.2, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela até então de menor valor, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

11.10.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

11.10.5 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 11.10.3 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 11.10.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.10.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 11.10.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.10.7 Na hipótese da não-contratação de micro ou pequenas empresas nos termos previstos nos subitens 11.10.3 e 11.10.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente de menor preço.

11.11 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, constante do processo.

11.12 A Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.

11.13 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

11.14 A verificação da habilitação será certificada pelo Pregoeiro.

11.15 Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do item.

11.16 Se a oferta não for aceitável ou, ainda, desatender às exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor do item.

## **12. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1 Declarado o vencedor, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção de recorrer, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

12.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

12.3 Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

12.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

12.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 A adjudicação será feita por item.

## **13. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

13.1 Os serviços constantes do objeto deste Edital deverá ser prestado em diversas localidades das Unidades de Saúde, do interior do Município de Santa Cruz (PE).

13.2 Prestar os serviços, quando requisitados pelas as unidades hospitalares, a qualquer horário do dia ou noite, não tendo quantidades pré - determinada diariamente, devendo a empresa manter os funcionários à disposição das unidades por 24 horas;

13.3 Findo o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da solicitação oficial sem que a execução do serviço tenha sido iniciada, ou havendo qualquer interrupção do mesmo, a Contratada entregará justificativa escrita em até 24 (vinte e quatro) horas, a qual será analisada pelo Contratante, que tomará as providências necessárias para adequação do serviço.

13.4 A solicitação oficial emitida pela Secretaria Municipal de Saúde competente terá o seu teor repassado para a empresa por meio de telefone, através de formulário enviado por fac-símile (fax) ou pessoalmente, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h às 18h.

13.5 Os exames deverão ser prestadas pela licitante vencedora de cada item listado no anexo I em que houver a necessidade do Município, pelo período de 12 (doze) meses.

13.6 O objeto de que trata o presente Edital será recebido:

a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, sendo lavrado Termo Circunstanciado, em 02 (duas) vias de igual teor, na forma do disposto na alínea "a" do inciso I do artigo 73 da lei federal nº 8.666/93;

b) **definitivamente**, pelo servidor ou comissão designada para tanto pela autoridade competente, na qual deverá ser averiguado se o objeto apresentado/executado foi cumprido de acordo com o solicitado, em perfeitas condições, oportunidade em que deverá ser lavrado Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor, na forma do disposto na alínea "b" do inciso I do artigo 73 da lei federal nº 8.666/93.

13.7 A Proponente vencedora obriga-se a executar o objeto deste Pregão em conformidade com as especificações descritas na sua Proposta e nas determinações administrativas municipais, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações, ficando o Contratante com o direito de rejeitar o objeto nessas condições.

## 14. DO PAGAMENTO

14.1 Os pagamentos serão efetuados tendo por base o valor de cada exame efetivamente executado, mediante apresentação da respectiva fatura, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, após aprovação da fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde quanto a efetiva execução de cada exame.

14.2 A Secretaria Municipal de Saúde, após confirmação e aprovação da execução prestada, encaminhará ao Controle Interno solicitação de pagamento acompanhada de toda a documentação necessária à sua liquidação.

14.3 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante que vier a ser contratado que esteja em débito para com a Administração, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que eventualmente lhe tenha sido imposta como penalidade.

## 15. DAS PENALIDADES

15.1 Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I - advertência;

II - multa, nos seguintes termos:

- a) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na execução do serviço;
- b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da Contratada em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, ou inexecução total dos serviços, ou, ainda, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;
- c) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.2 Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

15.3 As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 40% (quarenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

15.4 Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas às multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 Caso o adjudicatário não compareça para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias corridos do recebimento do aviso da adjudicação, ou, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular, o Município poderá convocar para substituir o licitante vencedor os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

16.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.3 O resultado do presente certame será divulgado no átrio da Prefeitura.

16.4 Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Sala da Pregoeira e Equipe de Apoio (sala da Comissão Permanente de Licitação), localizada na sede da Prefeitura do Município.

16.5 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

16.6 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

16.7 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.8 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

16.9 O vencedor deverá, durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentadas na licitação.

16.10 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da comarca de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

16.11 O Edital poderá ser adquirido, sem ônus, na sala da Comissão Permanente de Licitação, local onde serão prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados neste Pregão, estando o Pregoeiro e a Equipe de Apoio disponíveis para atendimento nos dias úteis, das 08:00 às 13:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal.

Santa Cruz (PE), 08 de fevereiro de 2019.

---

**Juarez Guimarães da Silva**

Portaria N<sup>o</sup>002/2019

Pregoeiro do Município

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ (PE)**  
**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ (PE)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

***ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/CUSTO ESTIMADO***

**1.0 DO OBJETO**

1.1 contratação de empresa especializada no ramo pertinente, para execução de exames laboratoriais clínicos preventivos do colo de útero, destinados ao Município de Santa Cruz, com entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, com pagamento com base no valor de cada exame efetivamente executado, de conformidade com as demais especificações constantes abaixo:

**1.2 - JUSTIFICATIVA**

A contratação dos serviços objeto deste processo licitatório é necessária para atendimento dos usuários do sistema de saúde do município que não possuem condições de arcar com os custos dos exames laboratoriais necessários ao diagnóstico preciso e cujos exames não são disponibilizados diretamente nas Unidades de Saúde.

Este Termo de Referência visa viabilizar a prestação de serviços em citologia com qualidade, com o recurso necessário, em quantidades adequadas, no tempo correto, com o menor custo e maior controle de gastos.

A necessidade da contratação de laboratório de análise Citológica se faz em virtude da garantia de política de rastreamento da população alvo, mulheres entre 25 e 64 anos, bem como de diagnóstico oportunístico para todas as mulheres com vida sexual ativa, seguindo todas as normas que a complexidade das ações exige, com qualidade, prazos e desempenho eficiente, desenvolvendo uma saúde de qualidade às pacientes que utilizam os serviços de saúde pública.

A aquisição do objeto ora citado visa manter os serviços ofertados a população feminina usuária do Sistema Único de Saúde - SUS contemplada pelo programa SISCOLO do Ministério da Saúde para detecção precoce do câncer do colo do útero e identificação de patologias afim, com o menor preço e no menor prazo possível após a coleta do referido exame.

Diante dessa problemática solicitamos a abertura desde TERMO DE REFERENCIA tendo em vista que precisamos garantir a oferta do serviço, em sua linha de cuidado (promoção, prevenção, diagnostico precoce), ao menos às mulheres que procuram o serviço de modo oportunístico e de base populacional.

## 2.0 DO VALOR ESTIMATIVO;

Item	Especificações Técnicas Exames	Und	Quant	Valor Unit <i>Máximo admitido</i>	Valor Total <i>Máximo admitido</i>
01	<b>Exames preventivos colo uterino. Anatomopatológico do Colo Uterino-</b> Consiste no exame macro e microscópico de material obtido por biópsia do colo uterino, inclusive pólipos endocervicais. O resultado do exame pode, em uma minoria de casos, não ser de malignidade	exame	1.200	25,50	30.600,00
<b>Valor Total R\$</b>					<b>30.600,00</b>

2.1 O presente Orçamento Estimativo tem o valor de aproximadamente **R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais)**

## 3. DAS DESPESAS E OBRIGAÇÕES

3.1 Serão de competência do Contratado/Licitante vencedor todas as despesas realizadas necessárias à execução do exame contratado.

3.2 O Município poderá intervir em qualquer fase da execução contratual para suprir eventuais deficiências técnicas do contratado, de forma a ficar assegurado o normal andamento dos trabalhos.

3.3 O Município manterá permanente fiscalização no que concerne ao fiel cumprimento de todas as condições estipuladas nesta licitação e no contrato.

Santa Cruz (PE), 08 de fevereiro de 2019.

---

**Ryvalda Rodrigues Macêdo**  
 Gestora do FMS - Fundo Municipal de Saúde

---

**Juarez Guimarães da Silva**  
 Presidente de CPL

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ (PE)**  
**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ (PE)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**

**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

À  
PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO  
Ref: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII do artigo 4º da lei federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumpriremos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste edital.

Santa Cruz (PE), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
**Nome do Licitante**

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ (PE)**  
**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ (PE)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO  
PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE,  
MICROEMPREENDECOR INDIVIDUAL**

AO  
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO  
Ref: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para os fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da lei complementar nº 123/06, e, para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII do artigo 4º da lei federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste edital.

- ( ) – há regularidade fazendária.  
( ) – não há regularidade fazendária.

Santa Cruz (PE), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

**Nome do Licitante**



**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ (PE)**  
**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ (PE)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**

**ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

Contrato, que, entre si, celebram, de um lado, o Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz (PE), e, do outro, \_\_\_\_\_, na forma abaixo.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, O MUNICIPIO DE SANTA CRUZ/**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ**, com sede na Rua Hercilio Araujo Ferreira S/N, na cidade de Santa Cruz, Estado de Pernambuco, inscrito no CGC(MF) N.º 11.491.419/0001-00, neste ato representado pela a Ordenadora de Despesa a Srª Dr. Emanuela Marinho Alencar Alves, brasileira, solteira, ordenadora de despesa, residente e domiciliada na cidade de Santa Cruz-PE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, de ora em diante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, considerando o disposto na lei nº 8.666/93 e na lei nº 10.520/2002, bem como a homologação do Processo Licitatório nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS, Pregão (Presencial) nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019, têm, entre si, justo e acordado, o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO** - O objeto deste contrato consiste na execução, por parte da **CONTRATADA**, de contratação de empresa especializada no ramo pertinente, para execução de exames laboratoriais clínicos preventivos do colo de utero, destinados ao Município de Santa Cruz, com entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, conforme termo anexo, como se estivesse aqui transcrito, com pagamento com base no valor de cada exame efetivamente executado, de conformidade com os termos da proposta apresentada pela própria **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A **CONTRATADA** deverá dar início a execução do exame requisitado pela Secretaria Municipal de Saúde no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento de cada correspondente solicitação oficial.

Parágrafo único. Findo o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da solicitação oficial sem que a execução do serviço tenha sido iniciada, ou havendo qualquer interrupção do mesmo, a **CONTRATADA** entregará justificativa escrita em até 24 (vinte e quatro) horas, a qual será analisada pelo **CONTRATANTE**, que tomará as providências necessárias para adequação do serviço.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL** - Pelo objeto do presente instrumento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor constante no anexo deste contrato, perfazendo um valor global de aproximadamente R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme disposto na proposta da **CONTRATADA**, adjudicada pelo **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO** - Os pagamentos serão efetuados tendo por base o valor de cada exame efetivamente executado, mediante apresentação da respectiva fatura, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, após aprovação da fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde quanto a efetiva execução de cada exame.

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde, após confirmação e aprovação da execução prestada, encaminhará ao Controle Interno solicitação de pagamento acompanhada de toda a documentação necessária à sua liquidação.

§ 2º Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** se a mesma estiver em débito para com a Administração, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que eventualmente lhe tenha sido imposta como penalidade.

§ 3º Em caso de irregularidade, o pagamento poderá ser suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

§ 4º Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na ocorrência de fato superveniente, que implique a inviabilidade ou retardamento da execução do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes do objeto deste Contrato serão provenientes do próprio município, conforme a seguinte Dotação Orçamentária: PROJETO ATIVIDADE: 010.302.0002.2061; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS;

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** - São obrigações da **CONTRATADA**:

I. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como:

- salários;
- seguros de acidentes;
- taxas, impostos e contribuições;
- indenizações;
- vales-refeição;
- vales-transporte; e
- outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

II. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;

III - Arcar com todas as despesas e demais custos necessários à execução dos exames contratados;

IV - Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do objeto;

V - Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos que julgar necessário;

VI - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certamente licitatório em compatibilidade com as obrigações assumidas;

VII - Admitir a intervenção do **CONTRATANTE** em qualquer fase da execução contratual para suprir eventuais deficiências técnicas da **CONTRATADA**, de forma a ficar assegurado o normal andamento dos trabalhos.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** - São obrigações do **CONTRATANTE**:

I - Efetuar o(s) pagamento(s) à **CONTRATADA**, conforme estabelecido na cláusula quarta;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução do presente instrumento, comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

III - Manter permanente fiscalização no que concerne ao fiel cumprimento de todas as condições estipuladas na licitação e no presente contrato.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES** - Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto deste Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I - advertência;

II - multa, nos seguintes termos:

a) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na execução do serviço;

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da **CONTRATADA** em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, ou inexecução total dos serviços, ou, ainda, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;

c) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE**, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

§ 1º Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

§ 2º As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 40% (quarenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 3º Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à **CONTRATADA** as importâncias alusivas às multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO** - Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da lei federal nº 8.666/93, desde que cabível à presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas por esta lei, consoante o que estabelece o seu artigo 58.

§ 1º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo ainda assegurado os direitos elencados nos incisos do parágrafo segundo do artigo 79, no que couber.

§ 2º As formas de rescisão contratual são as prescritas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** - Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o Edital do Pregão (Presencial) nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS, com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA** adjudicada pelo **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** - Aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93, com suas posteriores modificações, aos casos omissos do presente Contrato.

§ 1º É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, o Foro da Comarca de Ouricuri, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

§ 2º E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à **CONTRATADA**, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.



Santa Cruz (PE), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
**Contratante**

\_\_\_\_\_  
**Contratada**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**  
**CPF**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha**  
**CPF**



**ANEXO V**  
**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ - PE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**  
**PROPOSTA DE PREÇOS (MODELOS)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para o fornecimento abaixo relacionados, conforme estabelecido no Pregão Presencial nº PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS, PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2019-PMSC, Nº004/2019-FMS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT	VALOR TOTAL
01	<b>Exames preventivos colo uterino. Anatomopatológico do Colo Uterino-</b> Consiste no exame macro e microscópico de material obtido por biópsia do colo uterino, inclusive pólipos endocervicais. O resultado do exame pode, em uma minoria de casos, não ser de malignidade	Exame	1200		
<b>Valor total R\$</b>					

Valor global: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Validade da Proposta 60(sessenta) dias

Forma de Pagamento:

Prazo de Entrega:

Nome do representante que irá assinar o contrato, nº do CPF, nº do RG, Estado civil, profissão e endereço residencial.

**Local e data**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)**

**Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante (papel timbrado).**